

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FILLIPE LIMA COSTA

**LEI DA TRANSPARÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A DIFICULDADE DA
OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES NOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA EM
MUNICÍPIOS DA AMREC.**

**CRICIÚMA
2019**

FILLIPE LIMA COSTA

**LEI DA TRANSPARÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A DIFICULDADE DA
OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES NOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA EM
MUNICÍPIOS DA AMREC.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Especialista Jonas Scremin Brolese

**CRICIÚMA
2019**

FILLIPE LIMA COSTA

**LEI DA TRANSPARÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A DIFICULDADE DA
OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES NOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA EM
MUNICÍPIOS DA AMREC.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Governamental.

Criciúma, 08 de Julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Jonas Scremin Brolese - Especialista - (UNESC) - Orientador

Prof. Leonel Luiz Pereira - Mestre - (UNESC)

Prof. Manoel Vilsonei Menegali - Especialista - (FGV)

Dedico esta pesquisa aos meus pais, que sempre me apoiaram nas maiores dificuldades e conquistas da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Bento e Elaine, e minha irmã Julia, por sempre me incentivarem e investirem na minha educação, sempre me auxiliando nas buscas pelos meus objetivos, principalmente nas horas de maior dificuldade.

Ao meu orientador, professor e amigo Jonas, pelo tempo, dedicação e atenção investidos ao meu trabalho.

A todos os professores que me ajudaram, em especial a Ana Paula e também aos alunos de 1ª a 7ª fase, pela ajuda na pesquisa.

A minha namorada Vithália, que esteve comigo em todas as horas, sempre me apoiando e me dando forças.

A minha amiga Natália, pelo tempo, auxílio e incentivo para conclusão do presente trabalho.

E finalmente a todos que contribuíram de forma direta e indireta para que eu alcançasse o término deste trabalho, que é o último passo para o término desta graduação.

**“A evolução do homem passa,
necessariamente, pela busca do
conhecimento.”**

Sun Tzu



LEI DA TRANSPARÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A DIFICULDADE DA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES NOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA EM MUNICÍPIOS DA AMREC.

Fillipe Lima Costa¹

Jonas Scremin Brolese²

RESUMO: A Lei da Transparência, publicada em 27 de maio de 2009, teve como objetivo acrescentar dispositivos a Lei da Responsabilidade Fiscal que permitisse a disponibilização de informações pormenorizadas em tempo real sobre a execução financeira e orçamentária, inclusive por meios eletrônicos de acesso ao público. Isso contribui para que se possa alcançar a *accountability*, que pode ser traduzido como uma prestação de contas. Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar o grau de dificuldade na obtenção das informações por meio do portal da transparência nos municípios da AMREC. Para atingir o objetivo proposto pela pesquisa, utilizou-se de procedimentos metodológicos, quanto aos objetivos foi descritiva, em relação aos procedimentos foi bibliográfica e com levantamento/*survey* e a abordagem ocorreu de forma qualitativa. Para o levantamento das informações foi realizada uma pesquisa com alguns acadêmicos de ciências contábeis da UNESC. Os resultados do presente estudo, apresentados em gráficos e tabelas, mostram que há de forma geral uma dificuldade média na obtenção das informações nos portais da transparência, sendo que para algumas informações buscadas houve uma maior dificuldade. Ainda como conclusão algumas prefeituras não apresentam suas informações de forma completa nos portais da transparência, o que torna ainda mais difícil a busca pelas mesmas.

PALAVRAS – CHAVE: Transparência. Cidadania. Gestão Pública.

AREA TEMÁTICA: Tema 03 – Contabilidade Governamental

1 INTRODUÇÃO

Com o cenário público político atual, surgem inúmeras críticas e desconfianças quanto ao investimento e a gestão pública. Todos os cidadãos devem buscar e saber onde estão sendo investidas as verbas provenientes de impostos pagos por eles, já que isso é um direito amparado pela Constituição Federal em seu art. 5º, XXXIII, que estabelece o direito do público de ter acesso amplo às informações de seu interesse perante os órgãos públicos.

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 2008, p. 17).

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Especialista, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



Todo tipo de ação, movimento e investimentos realizados com o dinheiro público deve ser acessível a toda a população e, para que isso ocorra, existem leis e meios eletrônicos. As leis que tratam dessa regulamentação são: Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Para Martins Junior (2010), a transparência não consiste apenas na informação à sociedade a respeito do que a Administração Pública executa, planeja ou realiza, mas também na explicação da sua atuação e avaliação do grau da influência da própria sociedade no processo de tomada de decisão.

Com a participação da população na fiscalização da Administração Pública, finda a tradição do sigilo administrativo, trazendo assim um fim das negociações, dos favores e vantagens políticas que são um vício na política no país, como exemplo os nepotismos e os clientelismos. (PIRES; SCHERER; SANTOS; CARPES, 2013)

Partindo de tais problematizações, surge a seguinte questão de pesquisa: Qual o grau de dificuldade na obtenção das informações nos portais da transparência em municípios da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC)?

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar o grau de dificuldade na obtenção das informações públicas por meio do portal da transparência nos municípios da AMREC. Para atingir o objetivo geral, têm-se como objetivos específicos: analisar a lei da transparência e identificar como se dá o cumprimento no portal da transparência pelos municípios; analisar se as informações solicitadas por lei estão completas e se há dificuldade na buscas pelas informações nos portais da transparência; analisar o tempo médio de pesquisa nos portais da transparência para localizar o que é exigido por lei, e comparar a dificuldade por informação pesquisada e por município analisado.

As informações geradas pela presente pesquisa são de extrema importância dado o uso pelas prefeituras municipais da AMREC. A extração das informações no portal da transparência dos municípios é justificada verificando se os itens obrigatórios que por lei devem estar devidamente presentes no site, contribuindo para a verificação da sua transparência quanto à conformidade com a lei e para sua gestão.

A relevância social deste trabalho, não se dá apenas em verificar a regularidade da prefeitura quanto as informações prestadas, mas também quanto a facilidade dos cidadãos da AMREC no direito garantido por lei em exercer sua cidadania, pois com a garantia à essas informações de forma clara, se torna mais que uma obrigação fiscalizar assiduamente as contas públicas de seu município.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção tem como objetivo explanar conceitos já existentes sobre o tema abordado no presente trabalho. Primeiramente, apresentam-se os conceitos de Administração Pública, demonstrando as principais características de administração direta e indireta. Seguindo pelos aspectos legais da transparência pública, como as leis que regem a transparência.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública para Kohama (2003) é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas. De forma geral, administrar é gerir os serviços, no âmbito



público não significa apenas prestar serviço, mas também executá-lo, dirigir, governar e exercer com vontade, a fim da obtenção de um resultado útil.

A contabilidade, na Administração Pública, subsidia de forma direta a execução de seus serviços. Segundo Angélico (2015), a atuação da contabilidade e seus serviços na Administração Pública, abrange quase todas as áreas envolvidas na previsão e execução orçamentarias como, por exemplo, nos registros contábeis, na elaboração de relatórios financeiros, econômicos e patrimoniais, além do auxílio no controle interno.

O principal objetivo da Administração Pública, segundo Kohama (2003), é a organização, o planejamento e a execução de serviços públicos para a obtenção de resultados úteis para a sociedade.

A Administração Pública pode ser dividida em dois níveis: direta e indireta. O primeiro nível de administração é o direto, no qual o estado é o responsável pela execução dos serviços administrativos. Conhecida também como centralizada, a administração direta é constituída dos serviços integrados na estrutura administrativa e possui estrutura de pirâmide, que no topo se encontra a presidência da república.

Os serviços prestados pela administração direta ou centralizada, embora sejam serviços cuja competência para decidir sobre eles está distribuída entre diferentes unidades, devido a relação hierárquica, prendem-se sempre às unidades superiores num afunilamento crescente e contínuo chegando como estreitamento final, sob o comando último do Chefe do Executivo (KOHAMA, 2003).

A administração de forma indireta foi criada para que a gestão governamental tenha maior eficiência. (CASTRO, 2015). Para Kohama (2003) a administração de forma indireta ou descentralizada, é a atividade pública e administrativa, transferida do Estado para outra entidade estatal, ou por ele autorizada, e tem como objetivo descentralizar as atividades administrativas, proporcionando ao estado a satisfação de seus fins.

2.2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ATRIBUÍDOS A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Em 1988, a Constituição Federal do Brasil definiu, em seu 37º artigo, que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, seja ela administração direta, indireta e de qualquer um dos poderes públicos.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da união, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. (BRASIL, 1988)

Para que a Administração Pública exerça a função de fazer o melhor para atender a população, deve seguir de forma exata os princípios constitucionais. Segundo Mileski (2003) os princípios constitucionais, devem ser seguidos pela administração pública para manter um padrão de conduta que valde da ação administrativa por meio de um arcabouço de fundamentos.

2.2.1 Princípio da Legalidade

O princípio da legalidade é, provavelmente, o mais importante dos princípios constitucionais. Para Castro (2015), o princípio da legalidade é o inverso do que



acontece na vida privada, onde tudo é permitido, menos o que é proibido. Ou seja, tudo é proibido a não ser que seja expressamente permitido.

A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei, portanto a natureza da função pública e a finalidade do Estado impedem que seus agentes deixem de exercer os poderes e de cumprir dos deveres que a lei lhes impõe (MEIRELLES, 1999).

Desta forma o agente público apenas deve fazer o que está explicitamente ditado por lei e decreto, devendo agir apenas para o melhor do bem comum, sem levar em consideração seus interesses próprios.

2.2.2 Princípio da Impessoalidade

Este princípio parte da lógica de que todos devem ser igualmente tratados perante a lei, onde a administração pública deve ser exercida para o benefício de todos os cidadãos.

Conforme Castro (2015), a Administração Pública deve ser norteadada pelo interesse público de forma igualitária, não podendo atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar determinadas pessoas, pois o ente, em nome do qual o administrador age, é o Município, o Estado ou a União, e não a pessoa de seu administrador.

Este princípio possui uma vedação, segundo Mileski (2003), de discriminações ilícitas e atentatórias a dignidade humana, devendo assim a Administração Pública dispensar o tratamento isonômico aos administradores, sem haver discriminações com privilégios ou perseguições, já que são iguais perante o sistema. Entende-se que o princípio da impessoalidade determina que o agente público, responsável pela administração, atue de forma impessoal, sem agir conforme vontades pessoais e fazendo o melhor para o bem comum.

2.2.3 Princípio da Moralidade e Probidade Administrativa

Para Moraes (2007), este princípio está diretamente relacionado a forma ética e moral das leis e regras que o administrador público deve seguir no exercício de sua atividade para o benefício público.

Ainda para Moraes (2007), a Constituição Federal, consagra uma necessidade de moralidade e responsabilização ao administrador público amoral ou imoral, junto ao princípio da moralidade que pode agir como vetor de atuação da administração pública.

Em relação a probidade administrativa, Castro (2015) explicita que é uma forma de moralidade que consiste no dever de o funcionário servir a Administração de forma honesta, procedendo no exercício das suas funções, sem se aproveitar dos poderes ou facilidades delas decorrentes ou de outrem, a quem queira fornecer. A improbidade é mais rigorosa pelo fato de causar suspensão dos direitos políticos do ímprobo.

2.2.4 Princípio da Publicidade

O Princípio da Publicidade, segundo Moraes (2007), é definido como a publicação de atos públicos no Diário Oficial ou por edital afixado no lugar próprio para divulgação, e garante o conhecimento público, evitando os dissabores existentes em processos arbitrariamente sigilosos.



A publicidade segundo Castro (2015), é requisito de alta eficácia que contribui para a moralidade, tendo em vista que todo ato administrativo deve ser publicado, pois a administração que o realiza é também pública. A publicidade visa de forma geral proporcionar o conhecimento e controle dos interessados e da população em geral.

O pressuposto da publicidade, segundo Castro (2015), permite um maior controle social com transparência e uma maior moralidade quanto a gestão pública, tendo como base que não há motivos para que não sejam publicadas as informações da gestão pública.

2.2.5 Princípio da Eficiência

Quanto ao princípio da eficiência, Castro (2015) diz que se trata de um conceito econômico, onde não qualifica as normas, mas sim as atividades. A eficiência, significa basicamente efetuar as atividades com racionalidade, buscando e conseguindo os melhores resultados, dispondo do menor custo possível.

É o mais moderno princípio da função administrativa, que já se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros (MILESKI, 2003).

Ainda segundo Castro (2015), este princípio trata da maximização de recursos na obtenção de resultados previstos, e pode ser igualado ao princípio tradicional da boa administração. Não basta o administrador atuar apenas de forma legal e neutra, é preciso também que atue com o mais alto rendimento para aumentar a relação benefícios/custos.

2.3 A TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O significado de transparência é quase que literal. Segundo o dicionário Houaiss (2001), a transparência é definida como algo nítido, límpido e cristalino e as informações da administração pública devem chegar ao público desta forma, sem nenhuma interferência de forma a fortalecer o controle social.

A transparência nos Estados Unidos da América ocorre de forma ativa pelo *accountability*, que é descrita por Castro (2015) como uma filosofia de prestação de contas, que significa a responsabilidade de se prestar contas ao cidadão, das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados. No Brasil a *accountability* ainda não foi alcançada, mas está a caminho com as leis e normas implantadas nos últimos anos. A Constituição Federal Brasileira de 1988, fez com que a população começou a exercer de forma mais direta a sua cidadania, tendo seus direitos e deveres mais intencionados ao controle da administração pública, que até anos antes não se tinha meios de acesso público as informações da administração.

Para Mileski (2003), a transparência permite que a população acompanhe a administração pública, podendo assim analisar as informações evitando casos de desvios e aplicações incorretas dos recursos públicos. A transparência é uma derivação do princípio constitucional da publicidade, que tem o sentido de prestar esclarecimentos de forma clara e confiável dos atos exercidos pelo governo. Ainda assim não basta apenas divulgar as informações, deve-se promover a participação popular nas ações da administração pública, de forma a exercer a democracia.



O controle da Administração Pública é corolário do Estado Democrático de Direito, tendo por objetivo verificar se a atividade administrativa ocorre de conformidade com o ordenamento jurídico nacional, a fim de evitar que a ação administrativa discrepe dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Assim o controle obsta o abuso de poder por parte da autoridade administrativa, fazendo com que esta pautе a sua atuação em defesa do interesse coletivo, mediante uma fiscalização orientadora, correlativa e até punitiva. (MILESKI, 2003)

A partir da criação da atual Constituição Federal, já foram criados inúmeros instrumentos de auxílio a transparência pública, fazendo com que a sociedade possa agir de forma mais ativa no controle público. Tais instrumentos estão em constante alteração e evolução para aumentar a eficiência da participação pública na gestão.

2.3.1 Lei das Contas Públicas – 9.755/98

Nos termos da Lei 9.755/98 fica determinado a obrigatoriedade da divulgação das informações que conforme Botelho (2009) deve ocorrer por meios eletrônicos, incluindo neste contexto os terminais eletrônicos apostos nas repartições públicas, escolas municipais e na internet por meio da página oficial do Município, nos termos da Lei Federal 9.755, de 16 de dezembro de 1998.

Fica determinada nesta Lei a criação da página na internet das contas públicas com o endereço “<http://www.contaspublicas.gov.br>”, que tem por objetivo a divulgação das informações financeiras e orçamentarias mensalmente.

2.3.2 Lei da Responsabilidade Fiscal – LC 101/00

Em 04 de maio de 2000 foi sancionada a Lei que permitiu a efetivação da transparência pública atingir seu auge, a Lei Complementar nº 101, também conhecida como Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF). Esta lei é um conjunto de regras que devem ser obedecidas pelos poderes: Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas, Executivo e o Judiciário.

A LRF tem como principal objetivo regular o art. 163 da Constituição Federal de 1988, que trata do princípio de finanças públicas no País e aprimora a responsabilidade na gestão fiscal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (2000) em seu art. 48 define que:

Art.48 – São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentarias; as prestações de contas e os respectivos pareceres prévios; o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

O artigo 48 define quais instrumentos devem ser divulgados, inclusive por meio eletrônico ao público. Com a LRF a gestão tem maior transparência, pois além de divulgadas, as informações devem ser de fácil compreensão ao público.



2.3.3 Lei da Transparência – LC 131/09

Em 27 de maio de 2009 foi sancionada a Lei Complementar nº 131, também conhecida como Lei da transparência, com o objetivo de acrescentar dispositivos a Lei de Responsabilidade Fiscal, permitindo a disponibilização de informações em tempo real sobre a execução financeira e orçamentaria dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União.

Para Mileski (2003) toda a ação de governo deve ser voltada ao atendimento de finalidade pública, apresentando assim uma confiabilidade na atuação governamental. Com a obrigação de realizar a publicação regular de seus atos, os administradores tornam-se mais responsáveis e eficientes na execução dos atos de gestão fiscal e dos planos de governo, pois sabem que estão sob controle.

Na Constituição Federal (BRASIL, 1988), o seu art. 37 afirma que a Administração Pública deverá obedecer a diversos princípios, entre eles o princípio da publicidade.

A transparência é estabelecida pela Lei Complementar nº 101 em seu art. 48, na qual define como um princípio da gestão fiscal. A publicidade garante maior transparência e vice-versa, assim uma lei complementando a outra para o melhor resultado público. O decreto que regulamentou a Lei Complementar nº 131/2009, foi o Decreto Federal 7.185/2010.

Conforme §2º do art. 2º Para fins deste decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III- meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV – [...]

Nele consta que as informações devem ser divulgadas em tempo real, para ser mais específico, devem estar disponibilizadas até o primeiro dia útil subsequente a data de registro contábil no sistema.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de executar os objetivos propostos no presente artigo, utilizou-se de procedimentos metodológicos para operacionalização da pesquisa. Desta forma, nos tópicos a seguir serão explanados, o enquadramento metodológico e os procedimentos que foram utilizados para coleta e análise de dados, para a elaboração do presente trabalho.

A fim de encontrar a resposta para a questão proposta no presente estudo, será necessária a utilização de métodos para que se configure como uma pesquisa científica. Gil (2002), descreve que, a pesquisa pode ser definida como um procedimento racional, com o intuito de encontrar respostas aos problemas a que o trabalho está proposto. Quando não se possui informações suficientes para a resposta do problema, a pesquisa é necessária, ou quando a informação se encontra



desorganizada, de modo que não se possa ser relacionada ao problema de forma adequada.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto a abordagem de problema do presente trabalho, ela pode ser caracterizada de forma qualitativa, que segundo Viana (2001) é a análise de cada situação em cima de informações descritivas, com o intuito de encontrar causas, relações, efeitos, opiniões, consequências, categorias, significados e outros tópicos que se tornam de suma importância para o estudo e que, possuem múltiplos aspectos.

Os objetivos do presente trabalho são enquadrados de forma descritiva, tendo como função a observação, o registro, a análise e correlação de fatos e variáveis. De acordo com Gil (2002, p. 42), “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações variáveis.”

Ainda quanto aos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica, pois é de extrema importância a busca do aprofundamento no assunto por meio de livros e outros materiais impressos ou virtuais, além de ser um levantamento/*survey*, visando ampliar o conhecimento do assunto.

De acordo com Oliveira (2002, p. 119), a pesquisa bibliográfica “tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para que o problema abordado pela pesquisa em questão fosse respondido, foi realizado o levantamento de dados para posterior análise. O levantamento e coleta dos dados consistiu na elaboração de um questionário por meio do *Google Forms*, uma ferramenta disponível online para elaboração de questionários de forma online e gratuita.

Para a realização do levantamento das informações, no dia 18 de maio de 2019, das 08:00 até às 12:00 horas, aconteceu no Centro de Práticas Contábeis (CPC) da UNESC, a resolução do questionário da presente pesquisa. No mesmo dia o professor especialista Jonas Scremin Brolese, com o apoio da professora mestra Ana Paula Silva dos Santos, conduziu um minicurso sobre Transparência Pública e contou com a inscrição de 70 acadêmicos de 1ª a 7ª fase do Curso de Ciências Contábeis da UNESC, porém no dia compareceram apenas 32 acadêmicos.

A colaboração dos acadêmicos de diversas fases torna-se importante pois diversifica as idades e o grau de entendimento sobre o tema e aumenta a diversidade de área de atuação de cada participante.

Foram analisados os dados relativos aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da função orçamentária e financeira, que são:

- Publicações em tempo real, subsequente à data do registro contábil no respectivo sistema, por meio eletrônico de fácil acesso aos usuários, sem necessidade de cadastramento e senhas, e que possa permitir o armazenamento, a importação e exportação dos dados.

- Quanto à despesa, deverá ser informado o valor e número do empenho, liquidação e pagamento. A classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, sub função, natureza da despesa e a fonte de recursos que



financiaram o gasto, bem como a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento. O procedimento licitatório realizado, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo o serviço prestado ou o bem fornecido.

- Quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, relativas a previsão, lançamento e arrecadação.

Para uma melhor análise dos dados a serem pesquisados, o questionário foi dividido em quatro *sprints*, contendo diferentes temas a serem pesquisado pelos acadêmicos, sendo as perguntas demonstradas no Anexo 1 - Questionário.

A divisão do questionário se deu da seguinte forma:

- *Sprint 1*: Informações sobre o perfil do acadêmico como fase, idade, sexo e informações relativas as compras e licitações dos municípios selecionados da AMREC.
- *Sprint 2*: Informações relativas ao Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO) e Lei do Orçamento Anual (LOA).
- *Sprint 3*: Informações relativas as receitas e despesas.
- *Sprint 4*: Informações referentes a folha de pagamento.

O questionário possuía o intuito de verificar a dificuldade na obtenção de informações nos portais da transparência nos municípios da AMREC, perante publicação das informações públicas e o cumprimento e divulgação da Lei da transparência nº 131/09.

Além dos tópicos citados, também foi levado em consideração o tempo que cada participante levou para a resolução do questionário, obtendo assim uma variável a mais a ser comparada.

Para medir o grau de dificuldade, foi utilizada uma escala Likert com cinco pontos permitindo aos acadêmicos avaliarem cada *Sprint* de cada município como: muito fácil, fácil, médio, difícil, muito difícil.

Além do tempo e da avaliação de cada aluno, também foi elaborada uma tabela correspondente a porcentagem de informações contidas nos portais da transparência de cada município pesquisado, por *Sprint*.

Quadro 01 – Nível de Informações

Grau	Nível de Informação por Sprint
1	Incompleto – de 0% a 33,3% de Sim
2	Baixa Informação – de 33,4% a 66,6% de Sim
3	Alta Informação – de 66,7% a 99,9% de Sim
4	Completo – 100% de Sim

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

O grau de informação parte de 1, que seria incompleto, e vai até 4, que seria completo. Para a análise de grau é observado a porcentagem de respostas “sim” quanto as questões de encontrar os itens requeridos em cada *Sprint*.

Como o tempo hábil para a pesquisa com os acadêmicos era relativamente curto, dos 12 municípios participantes da AMREC, foram selecionados apenas 3 municípios para a busca das informações. Para definir as cidades a serem pesquisadas leva-se em consideração o critério de maior, mediana e menor população. Criciúma é classificada como a maior população da AMREC, Forquilha



é descrita como uma quantidade mediana na população e Treviso é o menor município com relação ao número de habitantes.

O Quadro 2 demonstra as populações dos 12 municípios da AMREC, com as informações da quantidade de população estimada em 2018, extraídas diretamente do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quadro 02 – População de cada município da AMREC.

Município	População Estimada em 2018
Criciúma	213.023
Içara	55.581
Forquilha	26.368
Orleans	22.785
Urussanga	21.190
Morro da Fumaça	17.642
Cocal do Sul	16.544
Lauro Muller	15.174
Nova Veneza	14.987
Siderópolis	13.920
Balneário Rincão	12.570
Treviso	3.891
Média	36.139,58

Fonte: IBGE (2018), elaborado pelo pesquisador.

Desta forma, o procedimento de pesquisa do tipo levantamento procura estudar uma determinada população ou determinado campo de dados, solicitando as informações diretamente da fonte, ou seja, do grupo pesquisado e do site em questão, por exemplo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como enfoque principal o presente trabalho, objetiva analisar a dificuldade na busca pelas informações nos portais da transparência nos municípios da AMREC. Para que o objetivo proposto seja atingido, este capítulo demonstrará os resultados da pesquisa realizada com os acadêmicos sobre os municípios. Para iniciar é apresentado um pequeno histórico da região da AMREC. Em seguida é apresentado um pouco do perfil dos participantes da pesquisa, e por último e mais importante é realizado a análise das informações pesquisadas, para que assim obtenha-se a resposta para o problema do presente trabalho.

4.1 HISTÓRICO DA REGIÃO DA AMREC

A Associação dos Municípios da Região Carbonífera foi fundada em 25 de abril de 1983, após o desmembramento da antiga Associação dos Municípios do Sul do Estado de Santa Catarina (AMESC), da qual estavam presentes os municípios da AMREC e do Vale do Araranguá.

Para ficar mais claro, a Figura 01 demonstra a divisão dos os municípios abrangidos pela AMREC.

Figura 01 – Municípios da AMREC



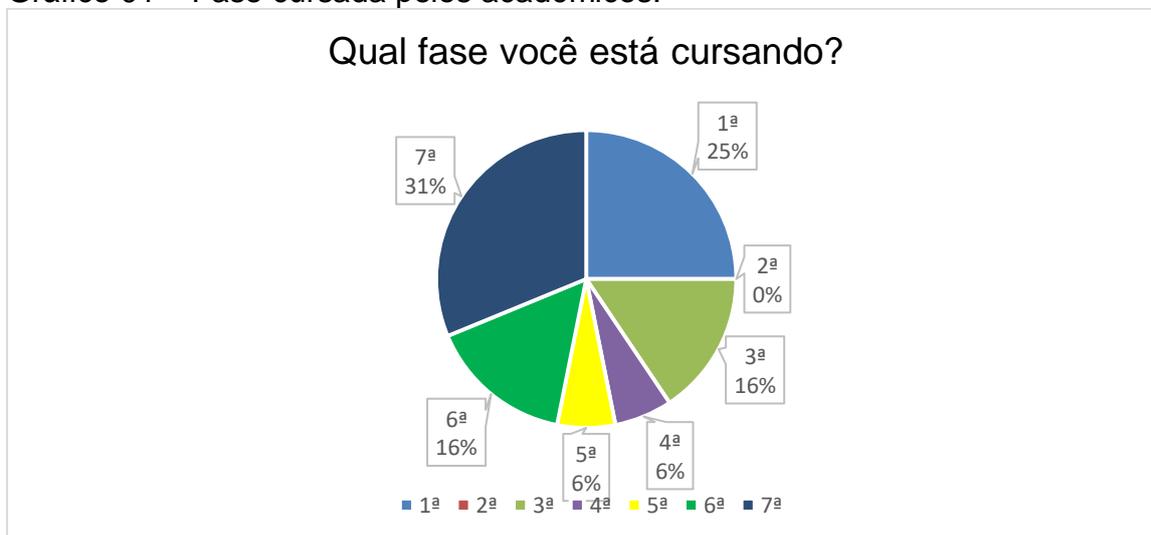
Fonte: AMREC (2019), adaptado pelo pesquisador.

Inicialmente a AMREC contava com apenas 7 municípios, hoje conta com 12: Criciúma, Içara, Forquilha, Orleans, Urussanga, Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Lauro Muller, Nova Veneza, Siderópolis, Balneário Rincão e Treviso.

4.2 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Os participantes da pesquisa, são acadêmicos de Ciências Contábeis da UNESC, de 1ª a 7ª Fase. No início da pesquisa foi elaborado algumas perguntas sobre o perfil dos participantes.

Gráfico 01 – Fase cursada pelos acadêmicos.

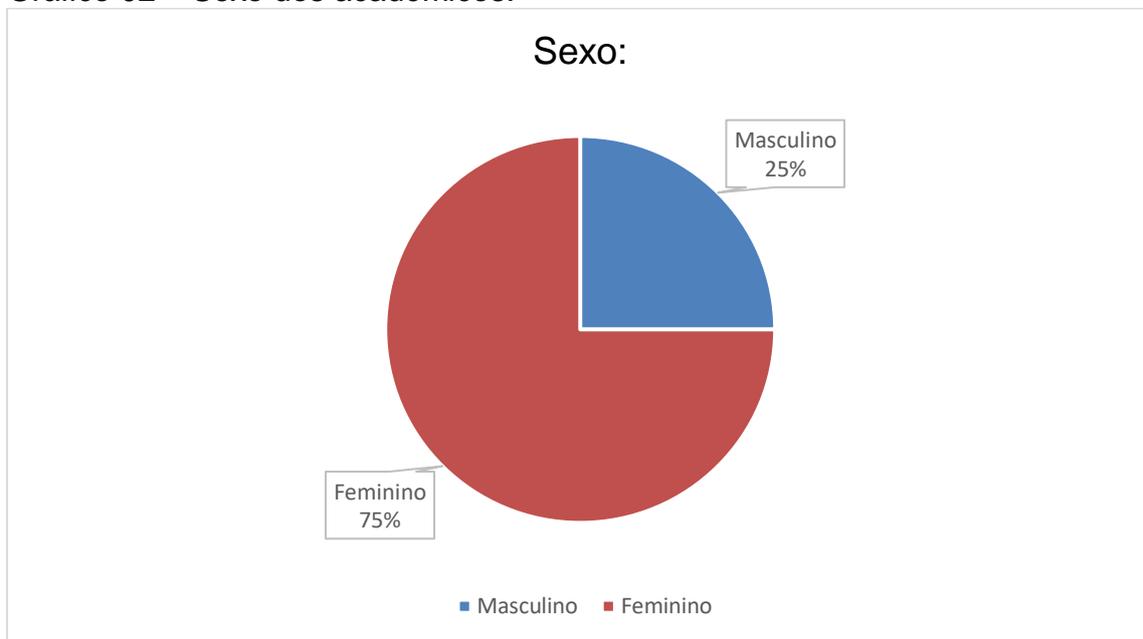


Fonte: Elaborado pelo pesquisador.



Conforme a pesquisa, houve um número maior de acadêmicos das fases primeira com 25% e da sétima fase com 31%, ou seja, a fase inicial e a última fase que esteve respondendo a pesquisa.

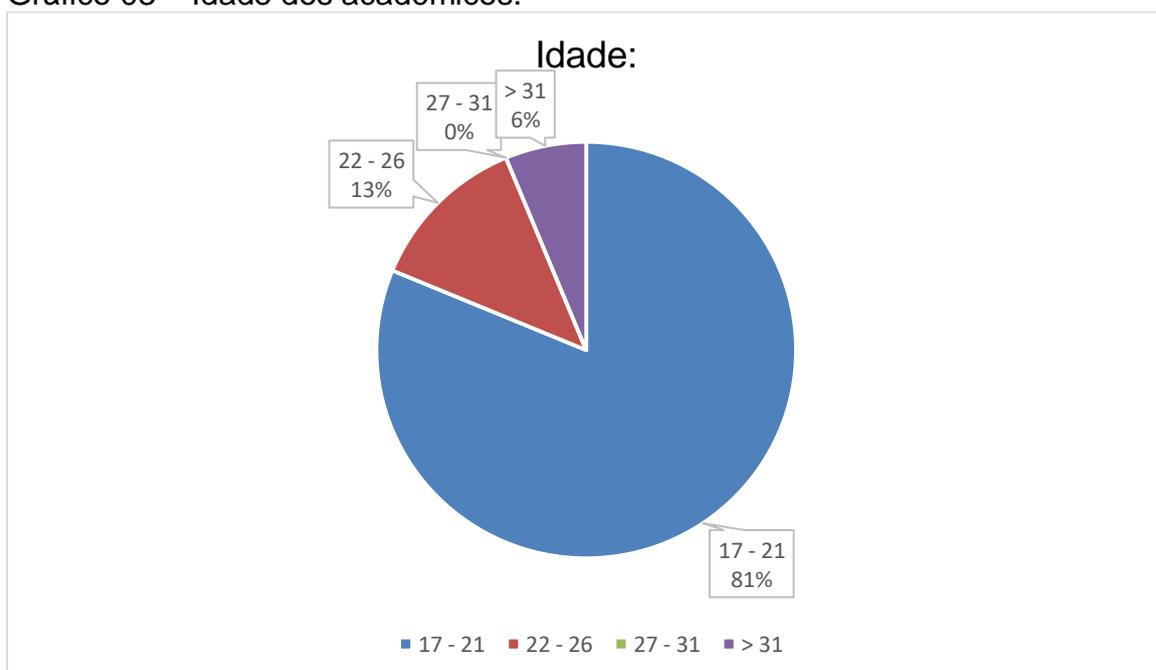
Gráfico 02 – Sexo dos acadêmicos.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Esteve presente um maior número de acadêmicas femininas com 75%, enquanto 25% dos acadêmicos eram do sexo masculino.

Gráfico 03 – Idade dos acadêmicos.

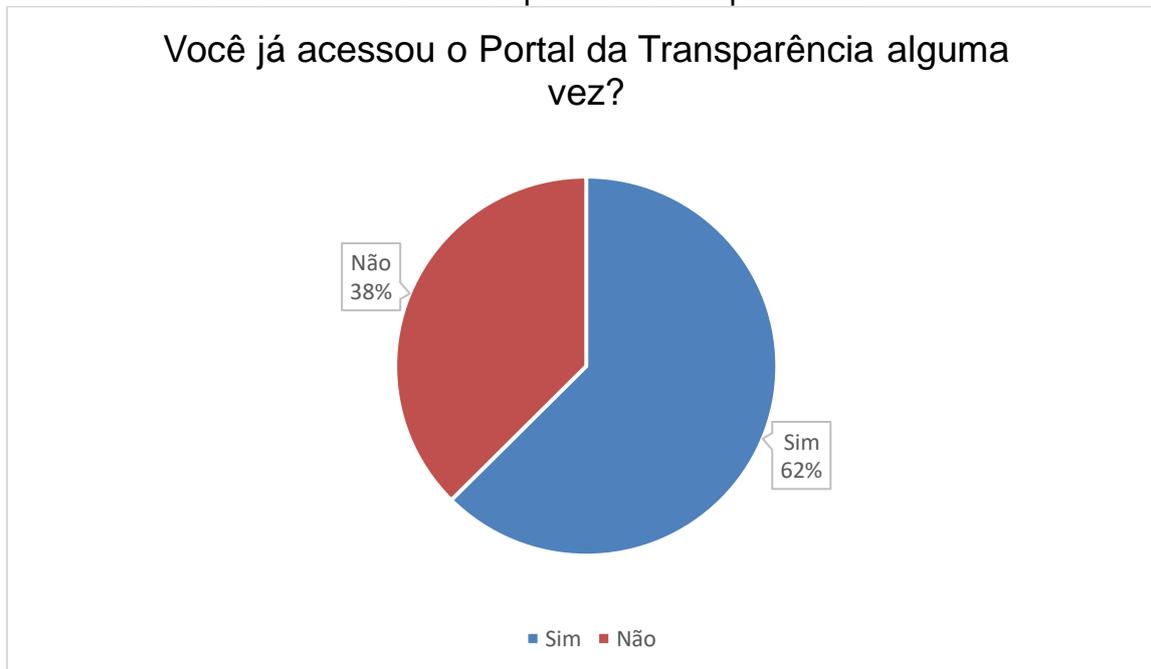


Fonte: Elaborado pelo pesquisador.



A maioria dos acadêmicos possui entre 17 e 21 anos com 81%, enquanto não há nenhum acadêmico com idade entre 27 e 31.

Gráfico 04 – Conhecimento sobre o portal da transparência.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

A última questão relacionada ao perfil dos acadêmicos participantes refere-se ao acesso ou não ao portal da transparência, e a maioria, com 62% já havia acessado, enquanto 38% dos participantes nunca acessaram.

4.3 ANÁLISE POR MUNICÍPIOS

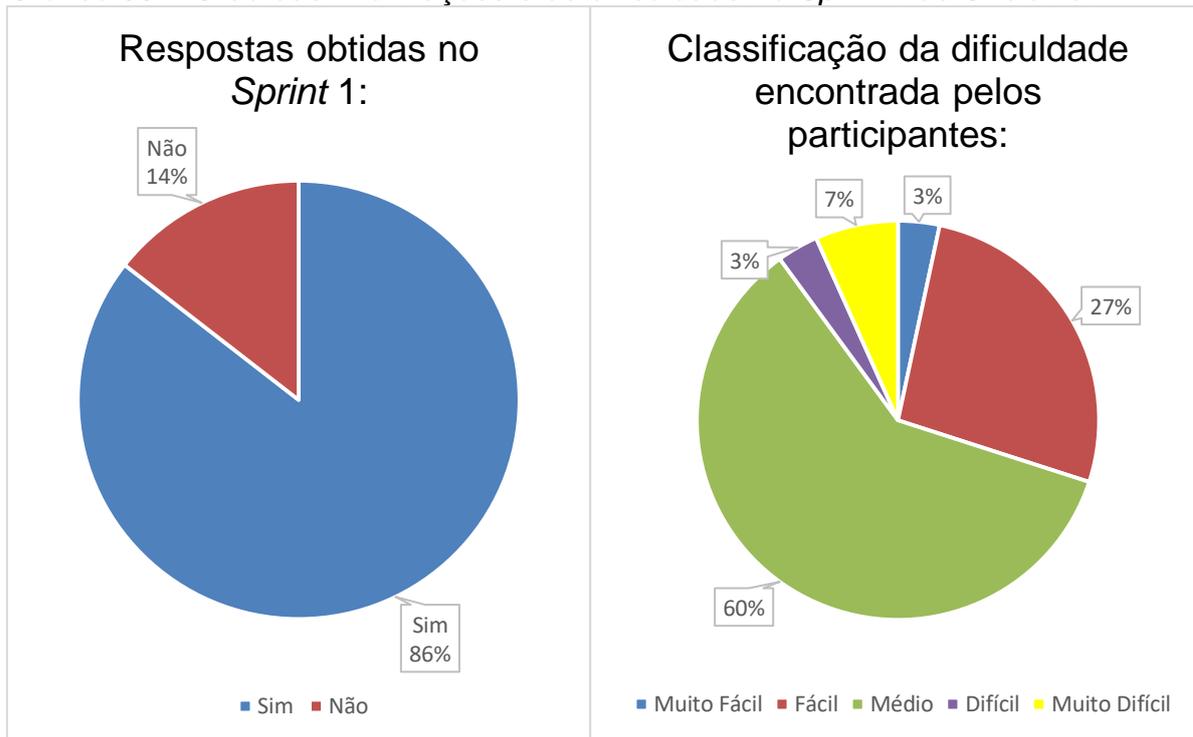
Como já apresentado anteriormente, foram selecionados apenas 3 municípios participantes da AMREC para a realização da pesquisa: Criciúma, Forquilha e Treviso. A seguir é demonstrado os resultados das pesquisas por municípios.

4.3.1 Município de Criciúma

O primeiro município a ser analisado foi Criciúma, escolhido por possuir o maior número de habitantes da AMREC. A seguir serão apresentados os gráficos com o grau das informações, e em seguida pode-se analisar a dificuldade que os acadêmicos encontraram nas buscas pelas informações do *Sprint 1*.



Gráfico 05 – Grau das informações e de dificuldade no *Sprint 1* de Criciúma.



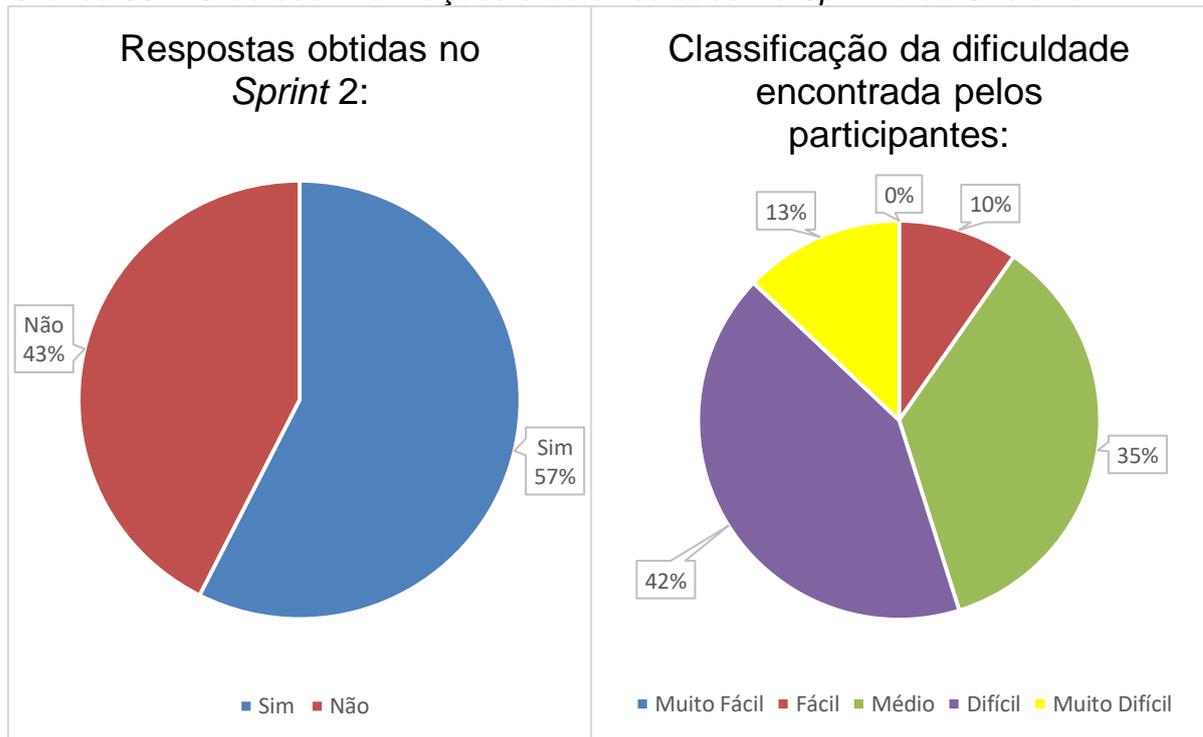
Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

De acordo com o Quadro 1 – Nível de Informações, apresentado na metodologia, o município de Criciúma em relação ao *Sprint 1* – Compras e Licitações, possui grau 3, chegando a 86% das informações encontradas, ou seja, alto nível de informação. Em relação a dificuldade, 60% dos participantes acreditam que encontrar as informações no site foi com dificuldade média e 27% responderam como fácil.

Partindo para o *Sprint 2* tem-se novamente os gráficos que mostram o grau de informações que podem ser encontradas e a dificuldade encontrada por parte dos acadêmicos para encontrar as informações solicitadas.



Gráfico 06 – Grau das informações e de dificuldade no *Sprint 2* de Criciúma.

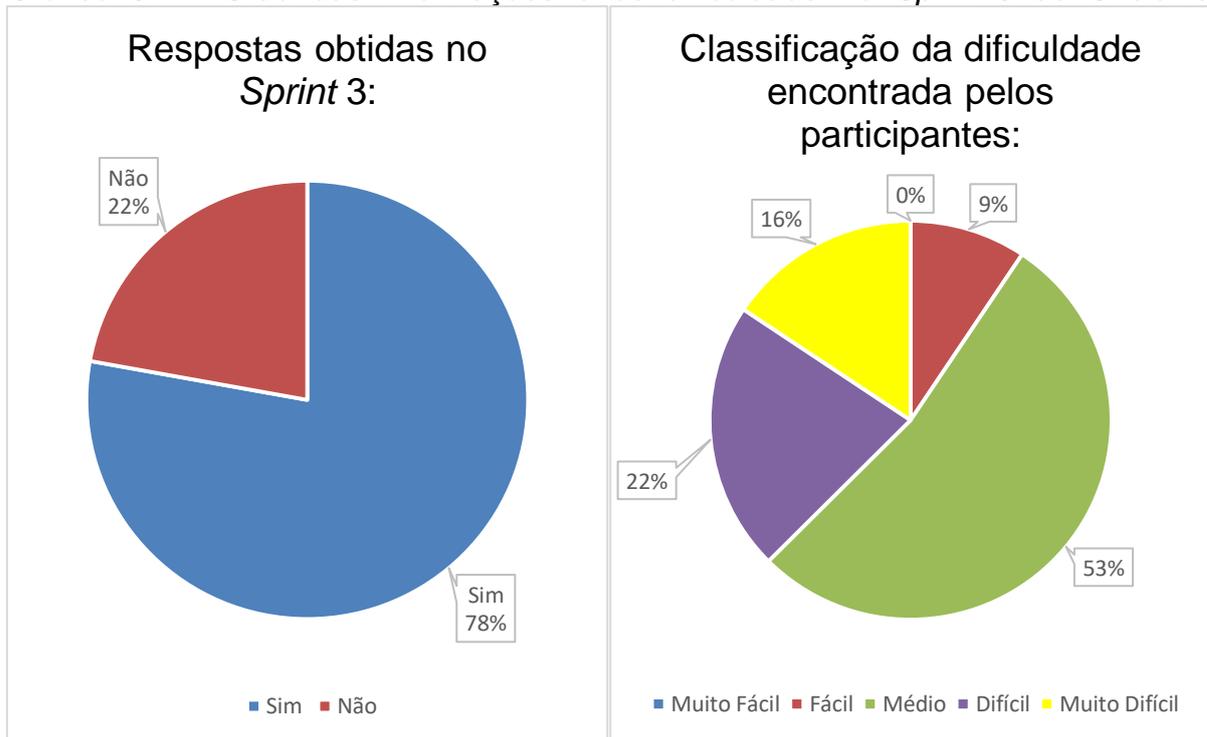


Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Como pode-se analisar no Gráfico 06, no *Sprint 2* – PPA, LDO e LOA, apenas 57% das informações solicitadas puderam ser encontradas, que classifica o nível de informações em grau 2, ou seja, baixo nível de informações. Analisando o gráfico de dificuldade, não houve nenhuma resposta como muito fácil, e a resposta difícil chegou a 42% do total. O Gráfico 07 mostra as informações referentes ao *Sprint 3*.



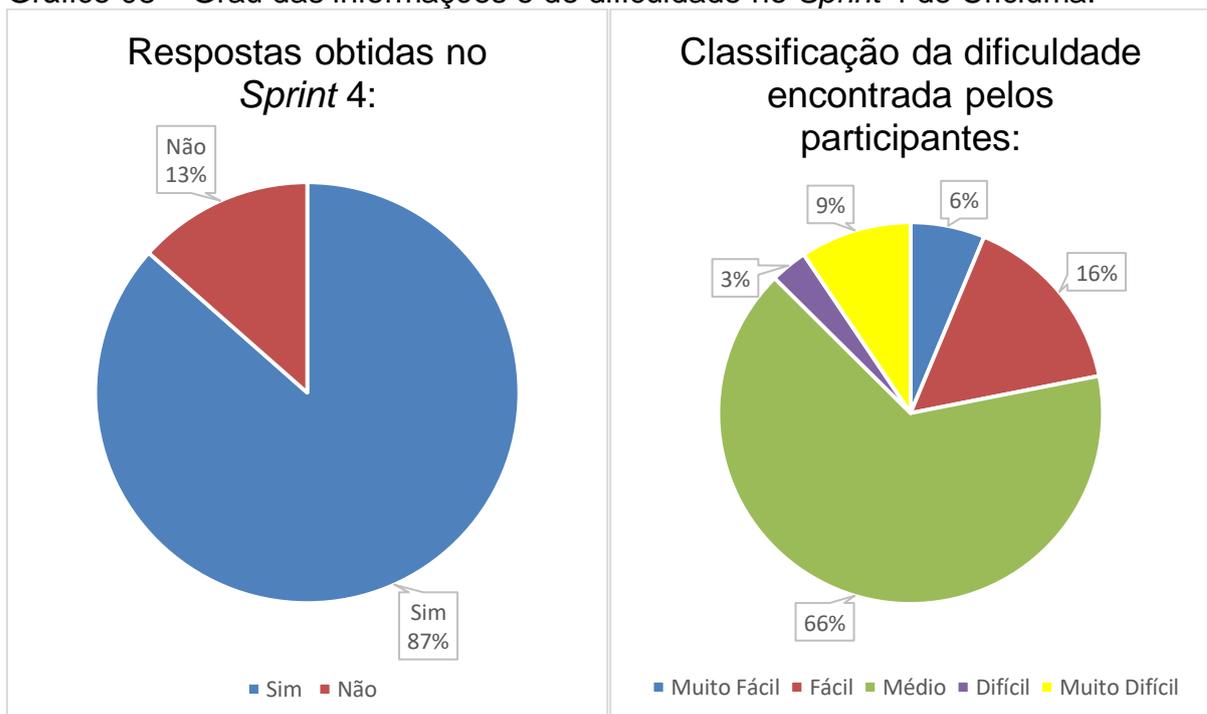
Gráfico 07 – Grau das informações e de dificuldade no *Sprint 3* de Criciúma.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

No *Sprint 3 – Receitas e Despesas*, o nível de informação encontrado foi de grau 3, alta informação, com 78% dos itens encontrados pelos acadêmicos. A dificuldade foi média com 53% dos acadêmicos, enquanto 22% entenderam ser difícil e apenas 9% fácil. Os dados do *Sprint 4* podem ser visualizados no Gráfico 08.

Gráfico 08 – Grau das informações e de dificuldade no *Sprint 4* de Criciúma.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

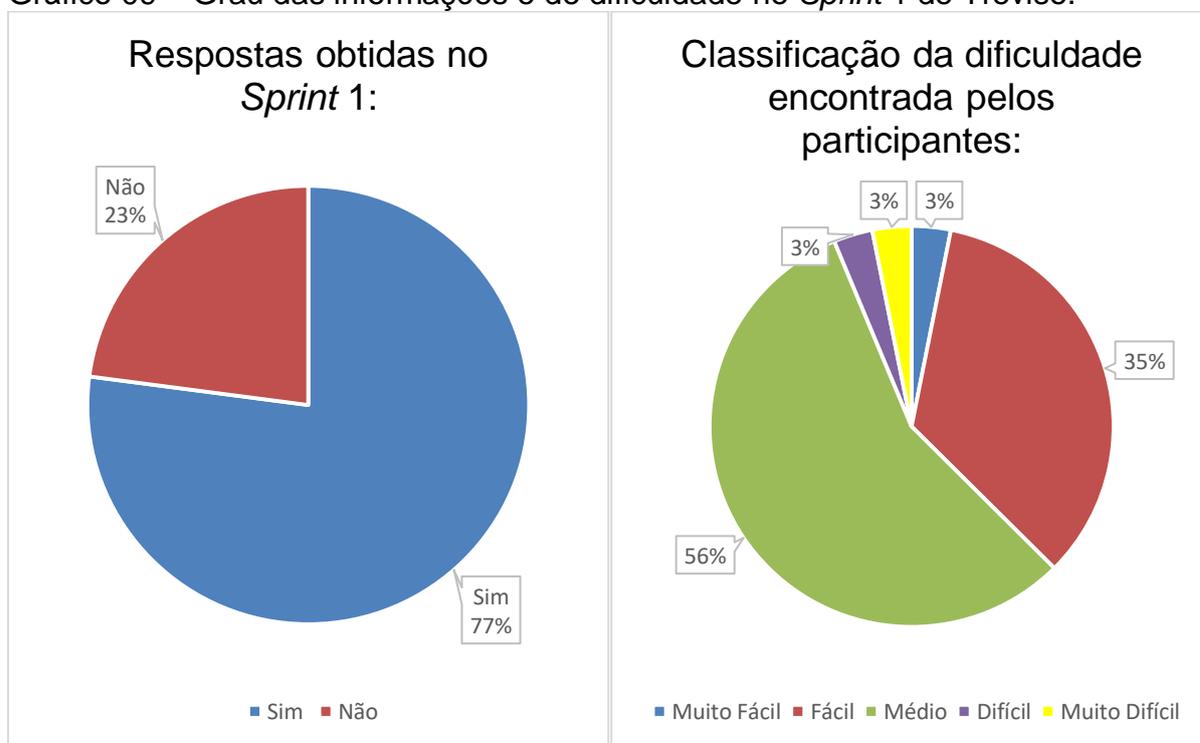


O *Sprint 4 – Folha*, o último *Sprint* do Município de Criciúma obteve 87% das informações encontradas, um nível de informação em grau 3, ou seja, alta informação. E quanto a dificuldade, com 66% dos acadêmicos, foi considerada média mais uma vez, enquanto 16% consideraram fácil.

4.3.1 Município de Treviso

O segundo município analisado foi Treviso possuindo a menor população da AMREC. Como no município anterior serão apresentados os gráficos por *Sprint*. Inicia-se com o grau das informações e dificuldade encontradas no *Sprint 1*, conforme demonstrado no Gráfico 09.

Gráfico 09 – Grau das informações e de dificuldade no *Sprint 1* de Treviso.

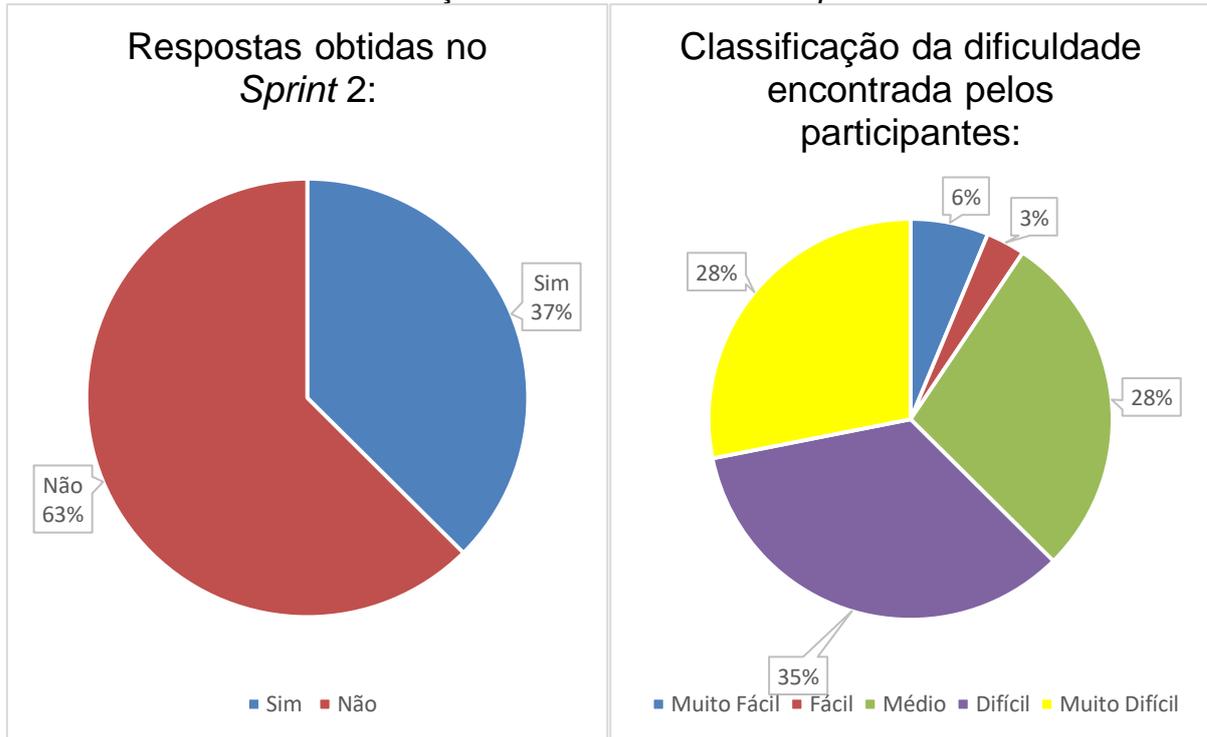


Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

O *Sprint 1 – Compras e Licitações*, possui alto nível de informação grau 3, com 77% dos itens encontrados. A dificuldade é média com 56% dos acadêmicos, enquanto 35% entenderam ser fácil, e a soma de difícil e muito difícil atingiram apenas 6%. Segue os gráficos do *Sprint 2*.



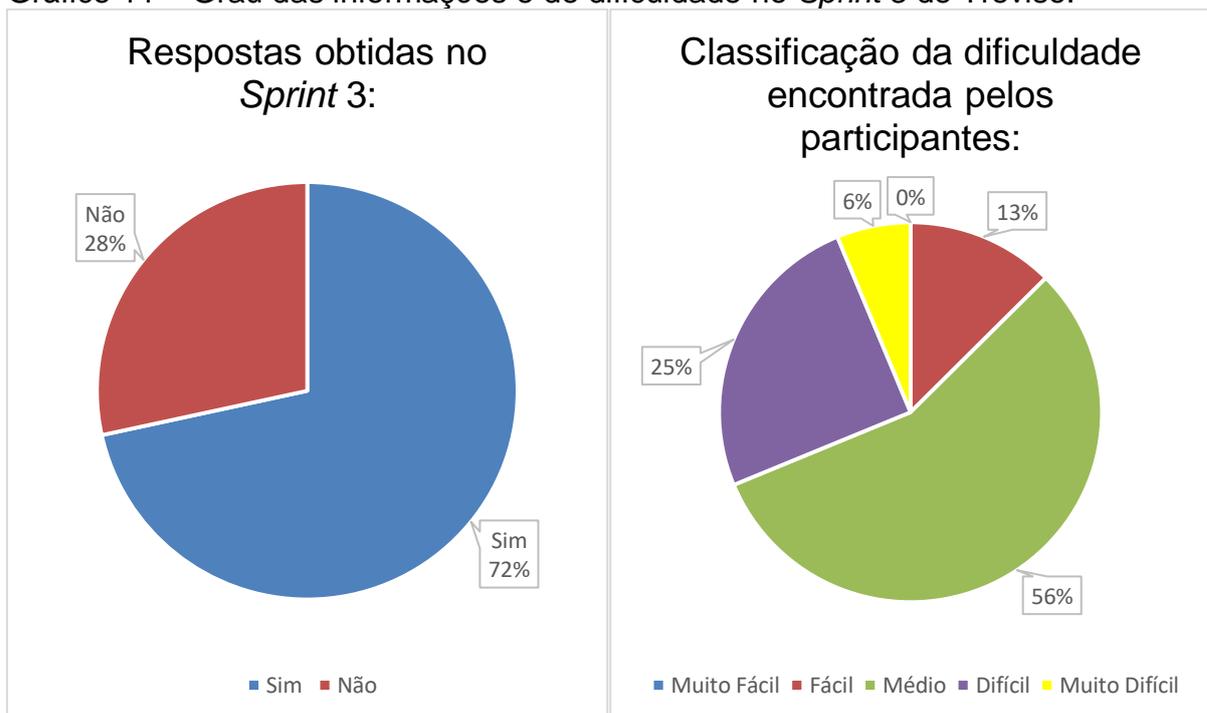
Gráfico 10 – Grau das informações e de dificuldade no *Sprint 2* de Treviso.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Como o gráfico 10 demonstra apenas 37% das informações requeridas no *Sprint 2* – PPA, LDO e LOA foram encontradas o que enquadra em grau 2, baixa informação. Quanto a dificuldade 35% dos acadêmicos entenderam como difícil as buscas, e 28% muito difícil. Segue os gráficos do *Sprint 3*.

Gráfico 11 – Grau das informações e de dificuldade no *Sprint 3* de Treviso.

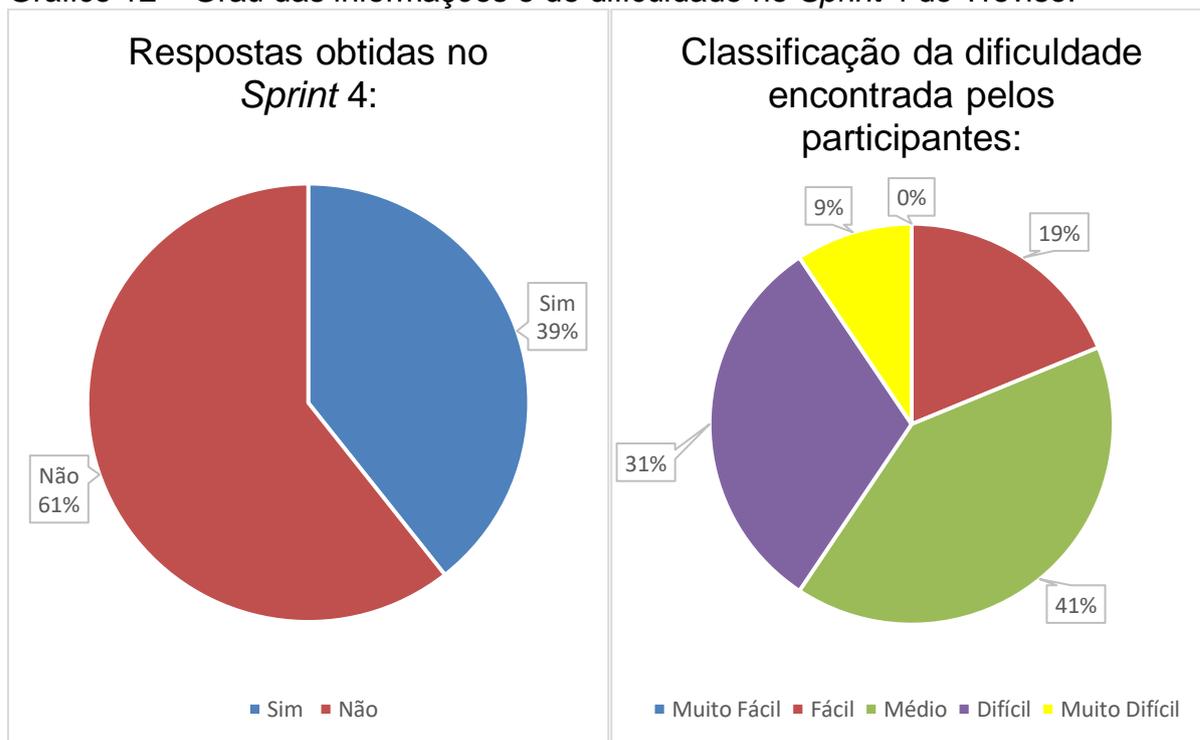


Fonte: Elaborado pelo pesquisador.



O grau de informação encontrado no *Sprint 3 – Receitas e Despesas* do município de Treviso foi de grau 3, alta informação, sendo encontradas 72% das informações requeridas. A dificuldade encontrada pelos acadêmicos foi média com 56%, enquanto 25% acharam difícil as buscas pelas informações. O Gráfico 12 traz informações referentes ao *Sprint 4*.

Gráfico 12 – Grau das informações e de dificuldade no *Sprint 4* de Treviso.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

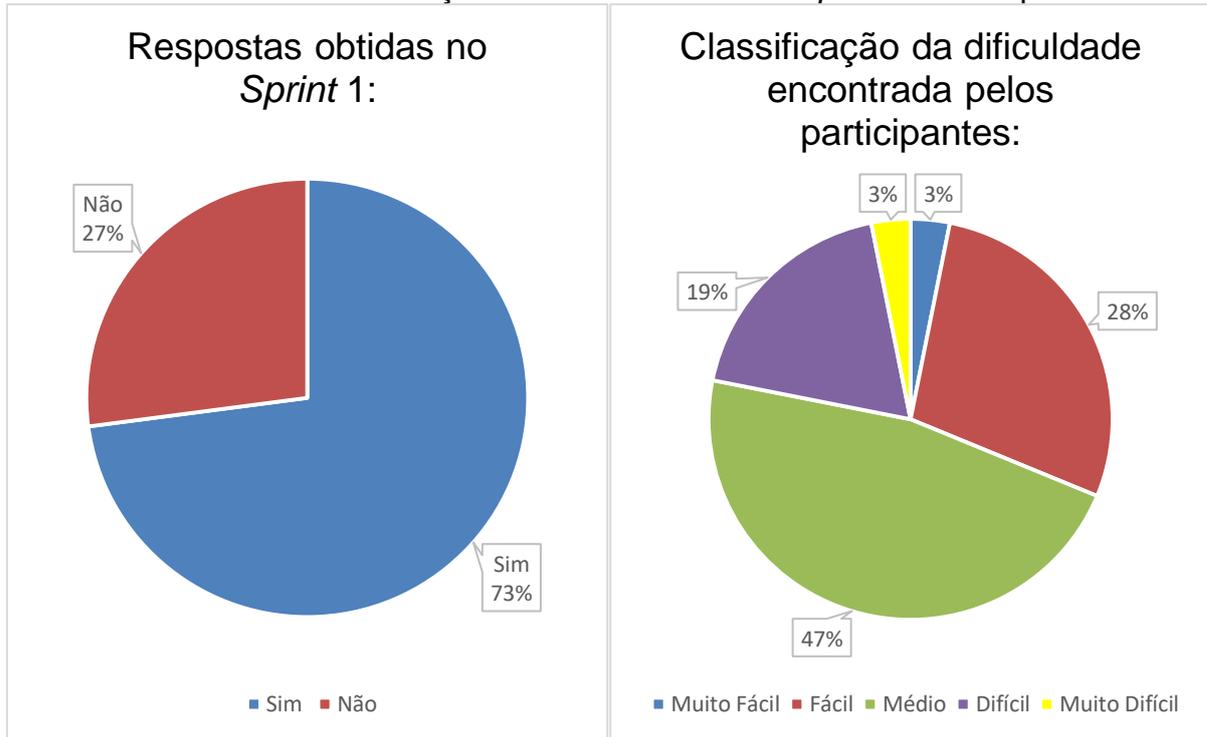
No *Sprint 4* da cidade de Treviso que aborda informações sobre a Folha de pagamento, o grau de informação foi 2, ou seja, baixa informação, já que apenas 39% das informações foram encontradas pelos acadêmicos. Quanto a dificuldade encontrada pelos acadêmicos nas buscas, 41% achou médio e 31% achou difícil.

4.3.1 Município de Forquilha

O terceiro, e último município a ser analisado, foi Forquilha escolhido por possuir uma população mediana dentro da AMREC. Como nos municípios analisados anteriormente, a seguir será exibido os gráficos de grau das informações e dificuldade encontradas nos quatro *Sprints* propostos. Iniciando pelos gráficos do primeiro *Sprint*.



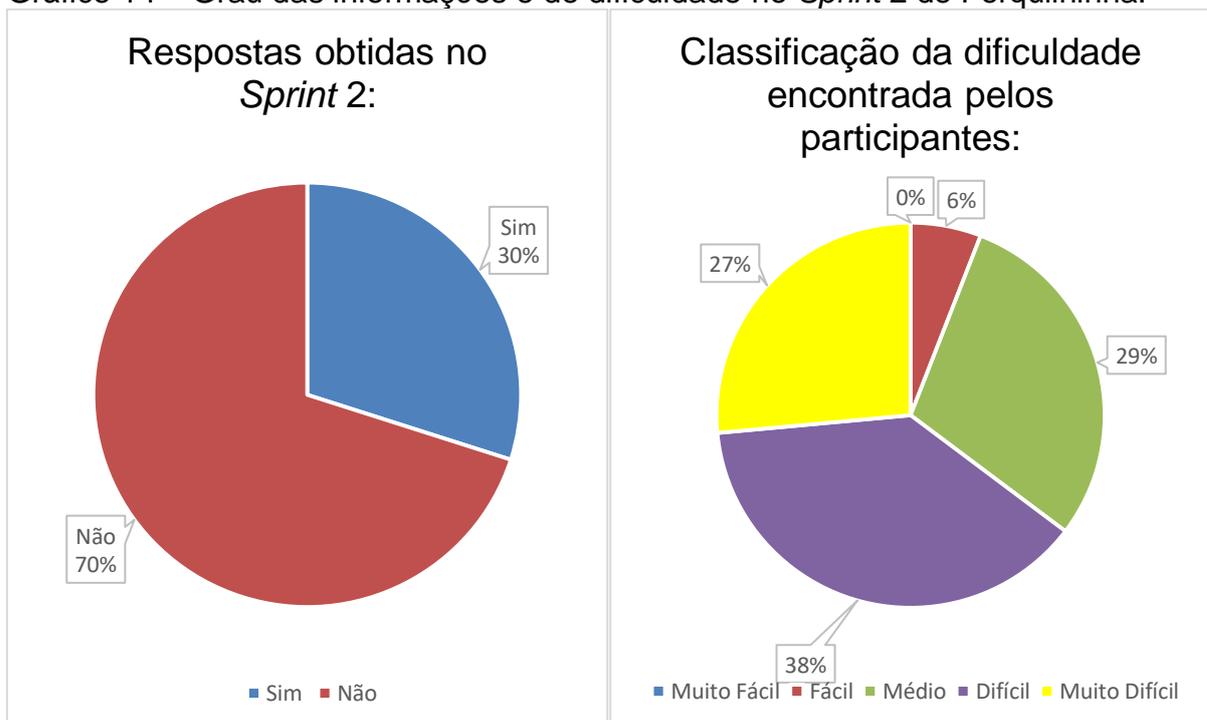
Gráfico 13 – Grau das informações e de dificuldade no *Sprint 1* de Forquilha.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

No *Sprint 1 – Compras e Licitações*, o nível de informação encontrada, com 73% foi de grau 3, alta informação. A dificuldade encontrada pelos acadêmicos foi média com 47%, seguida por 28% que consideraram fácil a busca pelas informações requeridas. Segue o Gráfico14 com informações do *Sprint 2*.

Gráfico 14 – Grau das informações e de dificuldade no *Sprint 2* de Forquilha.

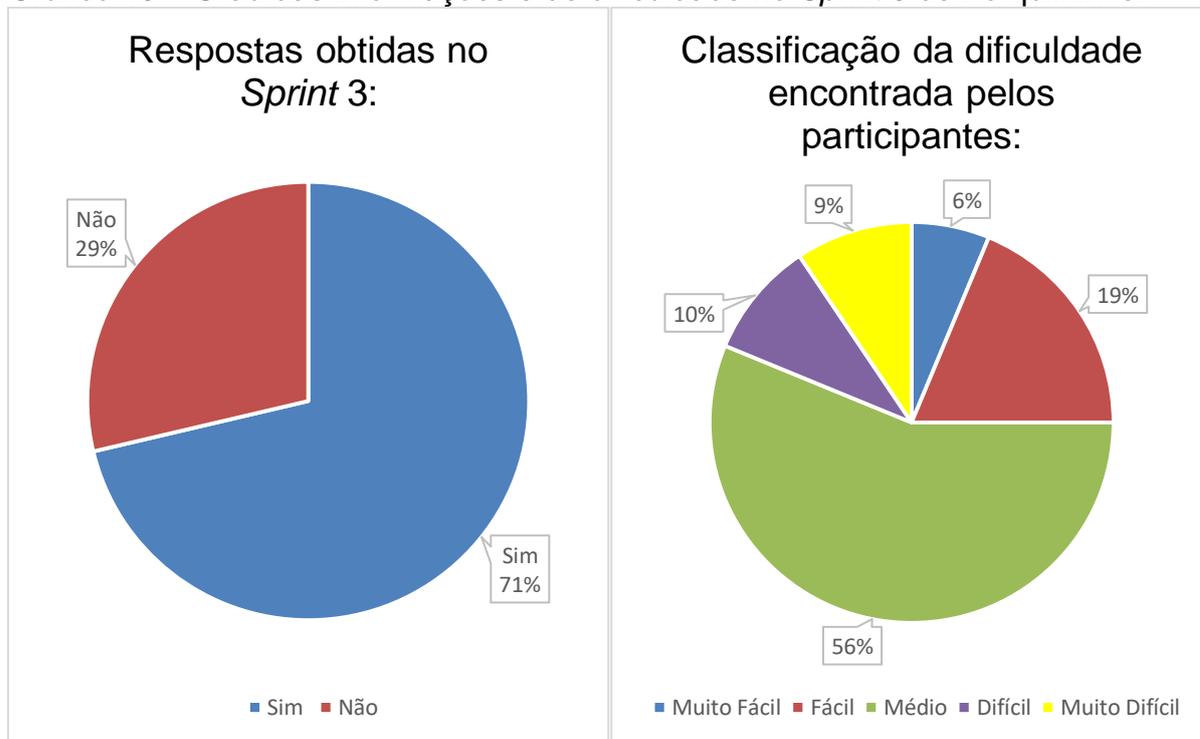


Fonte: Elaborado pelo pesquisador.



No *Sprint 2*, referente ao PPA, LDO e LOA, com 30% o nível de informações encontradas foi o mais baixo, de grau 1, que significa que as informações estão incompletas. Quanto a dificuldade, com 38%, os acadêmicos acharam difícil, seguido por 29% médio e 27% muito difícil. A seguir segue os gráficos do *Sprint 3*.

Gráfico 15 – Grau das informações e de dificuldade no *Sprint 3* de Forquilha.

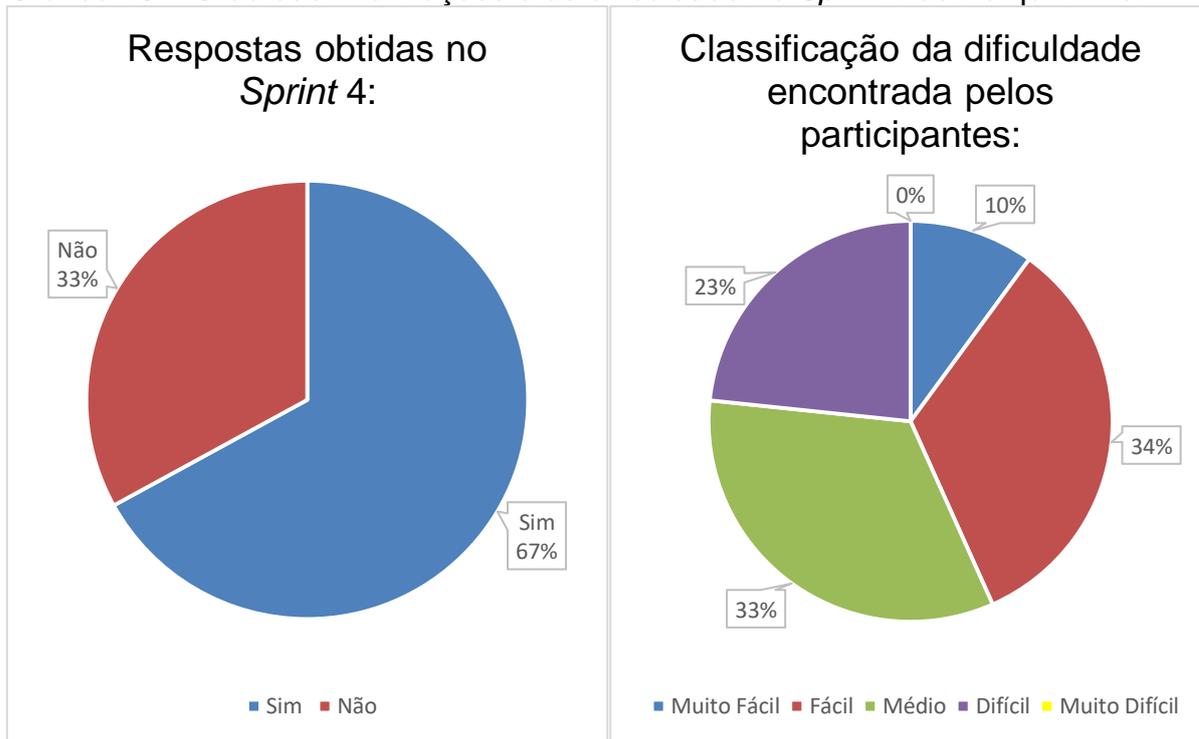


Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

No gráfico do *Sprint 3* – Receitas e Despesas, o nível de informação encontrado foi de grau 3, alta informação, com 71% dos itens encontrados pelos acadêmicos. A dificuldade foi média com 56% dos acadêmicos, enquanto 19% acharam fácil e apenas 10% consideraram difícil. Segue os gráficos do *Sprint 4*.



Gráfico 16 – Grau das informações e de dificuldade no *Sprint* 4 de Forquilha.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

No *Sprint* 4 da cidade de Forquilha, que aborda informações sobre a Folha, o grau de informação foi 3, ou seja, alta informação, com 67% das informações encontradas pelos acadêmicos. Quanto a dificuldade encontrada pelos acadêmicos nas buscas, 34% considerou fácil, 33% achou médio e 23% achou difícil as buscas.

4.4 ANÁLISE POR TEMPO

Além do grau e da dificuldade das informações encontradas pelos acadêmicos, também se leva em consideração o tempo total para a resolução do questionário, o Quadro 03 demonstra o tempo gasto. O tempo considerado é o tempo total para resposta de todos os *Sprints* por cidade, como pode-se observar no Quadro 03, o tempo médio foi de 32:33 minutos, sendo que o município que mais demorou foi Criciúma com 34:00 minutos e o município mais rápido foi Treviso com 30:00 minutos.

Quadro 03 – Tempo de resolução do questionário.

MUNICÍPIO	MÉDIA TEMPO POR MUNICÍPIO (minutos)	TEMPO MÉDIO (minutos)
CRICIÚMA	34:00	32:33
TREVISO	30:00	
FORQUILHINHA	33:00	

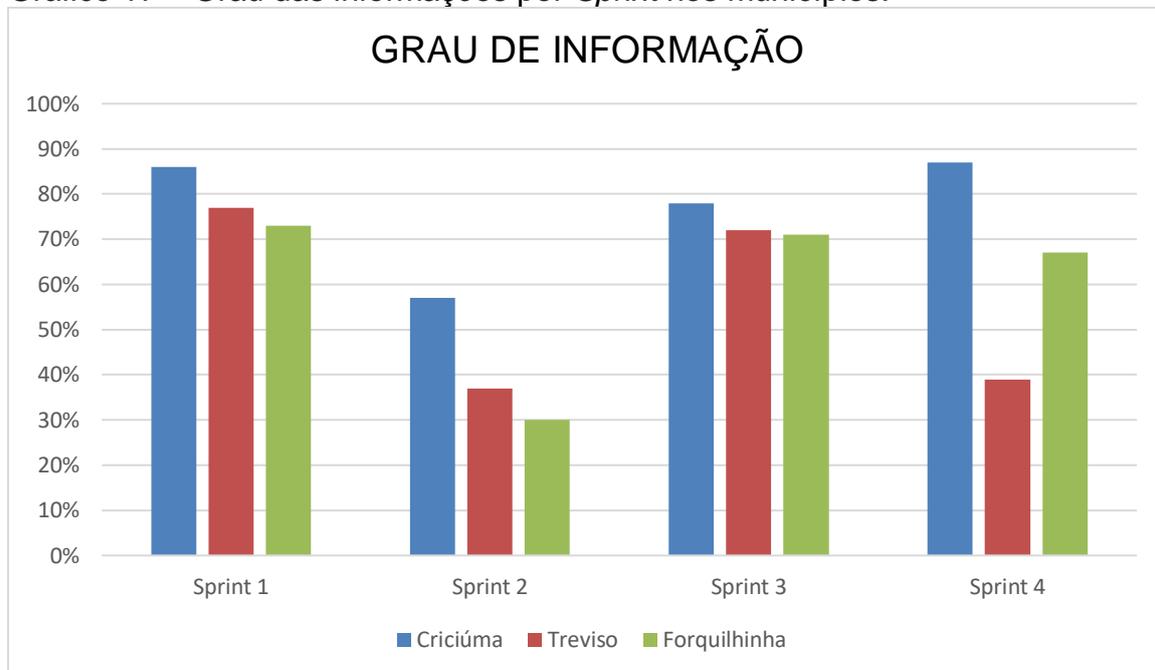
Fonte: Elaborado pelo pesquisador.



4.4 ANÁLISE GERAL DOS MUNICÍPIOS

Para uma melhor análise das informações já apresentadas, segue o Gráfico 17 com o grau de informações e a dificuldade encontrada por *Sprint* de todos os municípios, onde pode-se comparar.

Gráfico 17 – Grau das informações por *Sprint* nos municípios.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Pode-se analisar pelo Gráfico 17 que o *Sprint 2* é o que possui menor número de informações encontradas, enquanto o *Sprint 1* é o que possui maior número. Quanto aos municípios, Criciúma é o que possui maior número de informações encontradas e Forquilha é o que possui menor. Para comparar a dificuldade encontrada pelos acadêmicos por cidade e *Sprint*, segue o Quadro 04.

Quadro 04 – Dificuldade encontrada por *Sprint* nos municípios.

Sprint/Município	Criciúma	Treviso	Forquilha
Sprint 1	Médio	Médio	Médio
Sprint 2	Difícil	Difícil	Difícil
Sprint 3	Médio	Médio	Médio
Sprint 4	Médio	Médio	Fácil

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Quanto a dificuldade encontrada na busca pelas informações, a maioria dos *Sprints* de todos os municípios é considerada média, com exceção do *Sprint 2* que foi considerada difícil nos três municípios pesquisados. O *Sprint 4* do município de Forquilha é o único considerado fácil pelos acadêmicos.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lei da transparência determinou a publicação das informações pormenorizadas da execução financeira e orçamentária em tempo real e por meios eletrônicos de fácil acesso ao público. É um grande passo para haver maior transparência na administração pública de forma geral. Não basta apenas que os órgãos públicos divulguem as informações nos portais da transparência, é também necessário que a população fiscalize e cobre tais informações.

Neste contexto, a presente pesquisa buscou analisar o grau da dificuldade na obtenção das informações públicas por meio do portal da transparência nos municípios da AMREC. O objetivo geral foi atingido por meio da realização de um estudo com base em um questionário para identificar a dificuldade dos acadêmicos em localizar as informações nos portais da transparência. Para que o objetivo geral fosse alcançado, a pesquisa também procurou alçar os objetivos específicos.

O primeiro objetivo alcançado foi analisar a lei da transparência e identificar como se dá o cumprimento no portal da transparência pelos municípios, e como evidenciado pela pesquisa, todos os três municípios analisados possuem seus respectivos portais da transparência, lugar em que as informações são publicadas.

O segundo objetivo alcançado consiste em analisar se as informações solicitadas por lei estão completas e se há dificuldade na buscas pelas informações nos portais da transparência, por meio de um questionário, e como evidenciado na pesquisa, alguns aspectos específicos, como os do *Sprint 2* referente ao Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei do Orçamento Anual (LOA), não estão completos, mas de forma geral em todos portais dos municípios contém informações sobre o que foi questionado, quanto a dificuldade, pode ser verificado de acordo com os gráficos, que ela está presente justamente onde a informação não está completa.

O terceiro e último objetivo alcançado pela pesquisa é a verificação do tempo médio de pesquisa nos portais da transparência para localizar o que é exigido por lei, e comparar a dificuldade por informação pesquisada e por município analisado. A pesquisa apresentou, que de acordo com o Quadro 03 – Tempo de resolução do questionário, em média os acadêmicos levaram cerca de 32:33 minutos para localizar o que era solicitado no portal da transparência. Novamente foi demonstrado que a informação de maior dificuldade de busca, são informações do *Sprint 2*, quanto ao município de maior dificuldade, foi identificado que Forquilha possui maior dificuldade nas buscas, como demonstrado no Gráfico 17 – Grau das informações por Sprint nos municípios.

A pesquisa mesmo alcançando os objetivos propostos, possui algumas limitações que interferem nos resultados como, por exemplo o número de municípios analisados, a população da pesquisa e a diferença entre os portais da transparência de município para município. Outro ponto que possivelmente interferiu no resultado da pesquisa foi que, por ser o primeiro município a ser pesquisado, Criciúma provavelmente serviu de base para as respostas dos municípios seguintes da pesquisa.

Como sugestão para futuros trabalhos, recomenda-se que utilize todos os municípios integrantes da AMREC, diversifique a população da pesquisa e aumente as informações a serem buscadas.



REFERÊNCIAS

- ANGELICO, João. **Contabilidade Pública**. 8. ed .São Paulo: Atlas, 2015.
- BOTELHO, Milton Mendes. **Manual prático de controle interno na administração pública municipal**: 2. ed. Curitiba: Juruá , 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 05 de setembro de 2018
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, 2008.
- CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 6. ed .São Paulo: Atlas, 2015.
- GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa** .4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARTINS JÚNIOR, W. P. **Transparência administrativa**: publicidade, motivação e participação popular. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MILESKI, Hélio Saul. **O Controle da Gestão Pública**: São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional Administrativo**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: E.P.U., 2001.



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**



ANEXOS

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Para uma melhor análise dos dados a serem pesquisados o questionário foi dividido em 4 Sprints, que são ciclos para obtenção do tempo de resposta para cada parte do questionário, contendo temas diferentes a serem pesquisados pelos alunos.

Sprint 1: Compras e Licitações

*Obrigatório

1. Qual fase você está cursando? *

Marcar apenas uma oval.

- 1ª
- 2ª
- 3ª
- 4ª
- 5ª
- 6ª
- 7ª

2. Sexo: *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino

3. Idade: *

Marcar apenas uma oval.

- 17 - 21 anos
- 22 - 26 anos
- 27 - 31 anos
- > 31 anos

4. Você já acessou o Portal da Transparência alguma vez? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

Municípios

Para definir as cidades a serem pesquisadas foi levado em consideração a população. Dentre os 12 municípios participantes da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) foram selecionados 3. Criciúma, classificada como a com maior população, Forquilha, descrito como uma quantidade mediana na população e Treviso, o menor município com relação ao número de habitantes.

5. Município em Pesquisa *

Marcar apenas uma oval.

- Município 1 - Criciúma - <http://www.criciuma.sc.gov.br/site/acessoInformacao>
- Município 2 - Treviso - <https://www.treviso.sc.gov.br/cms/diretorio/index/codMapaltem/6284>
- Município 3 - Forquilha - <https://www.forquilha.sc.gov.br/transparencia/index/codMapaltem/5693>

Questões

Para responder as questões abaixo você deve entrar no portal da transparência do município em pesquisa (Município 1, 2 ou 3), conforme solicitado e localizar os pontos questionados abaixo. Caso encontre o solicitado na questão, marque sim, se não encontrar marque como não.

6. No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a relação de procedimentos licitatórios (inclusive dos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação), contendo o número dos respectivos processos e a identificação do exercício financeiro? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

7. No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a relação de procedimentos licitatórios (inclusive dos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação), contendo a identificação da modalidade adotada? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

8. No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a relação de procedimentos licitatórios (inclusive dos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação), contendo a identificação do respectivo objeto? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

9. No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a relação de procedimentos licitatórios (inclusive dos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação), contendo a identificação do respectivo critério de julgamento? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

10. No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a relação de procedimentos licitatórios (inclusive dos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação), contendo a identificação da sua vigência? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

11. No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a relação de procedimentos licitatórios (inclusive dos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação), contendo a identificação da previsão orçamentária e a descrição específica e detalhada do órgão unidade e rubrica? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

12. No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a relação de procedimentos licitatórios (inclusive dos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação), contendo a identificação do respectivo valor? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

13. No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a relação de procedimentos licitatórios (inclusive dos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação), com a identificação dos contratados/signatários (PF ou PJ) e do respectivo número do CPF ou CNPJ? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

14. No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a relação de procedimentos licitatórios (inclusive dos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação), é disponibilizada cópia integral e digitalizada dos procedimento licitatórios? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

15. Você considerou as buscas pelas respostas anteriores: *

Marcar apenas uma oval.

- Muito Fácil
 Fácil
 Médio
 Difícil
 Muito Difícil

16. Código: *

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Sprint 2: PPA, LDO, LOA.

*Obrigatório

1. Código: *

Municípios

Para definir as cidades a serem pesquisadas foi levado em consideração a população. Dentre os 12 municípios participantes da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) foram selecionados 3. Criciúma, classificada como a com maior população, Forquilha, descrito como uma quantidade mediana na população e Treviso, o menor município com relação ao número de habitantes.

2. Município em Pesquisa *

Marcar apenas uma oval.

Município 1 - Criciúma - <http://www.criciuma.sc.gov.br/site/acessoInformacao>

Município 2 - Treviso - <https://www.treviso.sc.gov.br/cms/diretorio/index/codMapaltem/6284>

Município 3 - Forquilha - <https://www.forquilha.sc.gov.br/transparencia/index/codMapaltem/5693>

Questões

Para responder as questões abaixo você deve entrar no portal da transparência do município em pesquisa (Município 1, 2 ou 3), conforme solicitado e localizar os pontos questionados abaixo. Caso encontre o solicitado na questão, marque sim, se não encontrar marque como não.

3. No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a Lei do Plano Plurianual? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

4. No portal da transparência do município pesquisado você encontrou os anexos da Lei do Plano Plurianual? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

5. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou as informações das audiências públicas do PPA (Lista de Presença e Ata)? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

6. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a convocação efetuada para chamamento público? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

7. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a Lei de Diretrizes orçamentárias? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

8. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou os anexos da Lei de Diretrizes orçamentárias? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

9. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou as informações das audiências públicas da LDO (Lista de Presença e Ata)? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a convocação efetuada para chamamento público? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

11. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a Lei Orçamentária Anual? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

12. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou as informações das audiências públicas da LOA (Lista de Presença e Ata)? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

13. No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a convocação efetuada para chamamento público? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

14. Você considerou as buscas pelas respostas anteriores: *

Marcar apenas uma oval.

Muito Fácil

Fácil

Médio

Difícil

Muito Difícil

Com tecnologia

 Google Forms

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Sprint 3: Receita e Despesa

*Obrigatório

1. Código *

Municípios

Para definir as cidades a serem pesquisadas foi levado em consideração a população. Dentre os 12 municípios participantes da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) foram selecionados 3. Criciúma, classificada como a com maior população, Forquilha, descrito como uma quantidade mediana na população e Treviso, o menor município com relação ao número de habitantes.

2. Município em Pesquisa *

Marcar apenas uma oval.

- Município 1 - Criciúma - <http://www.criciuma.sc.gov.br/site/acessoInformacao>
- Município 2 - Treviso - <https://www.treviso.sc.gov.br/cms/diretorio/index/codMapaltem/6284>
- Município 3 - Forquilha - <https://www.forquilha.sc.gov.br/transparencia/index/codMapaltem/5693>

Questões

Para responder as questões abaixo você deve entrar no portal da transparência do município em pesquisa (Município 1, 2 ou 3), conforme solicitado e localizar os pontos questionados abaixo. Caso encontre o solicitado na questão, marque sim, se não encontrar marque como não.

3. No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a previsão de Receita Pública? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

4. No portal da transparência do município pesquisado você encontrou os lançamentos de Receita Pública? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

5. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a arrecadação de Receita Pública? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

6. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou o numero de empenho da Despesa Publica? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

7. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou o numero de liquidação da Despesa Publica? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

8. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou o numero da Ordem de Pagamento da Despesa Publica? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

9. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a Nota Fiscal da Aquisição da Despesa Publica? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou o numero do procedimento licitatório da Despesa Publica? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

11. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou o numero do contrato da Despesa Publica? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

12. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou o bem ou serviço prestado da Despesa Publica? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

13. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a Pessoa Jurídica ou Física beneficiada pelo pagamento da Despesa Pública? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

14. **Você considerou as buscas pelas respostas anteriores: ***

Marcar apenas uma oval.

Muito Fácil

Fácil

Médio

Difícil

Muito Difícil

Com tecnologia

 Google Forms

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Sprint 4: Folha.

*Obrigatório

1. Código: *

Municípios

Para definir as cidades a serem pesquisadas foi levado em consideração a população. Dentre os 12 municípios participantes da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) foram selecionados 3. Criciúma, classificada como a com maior população, Forquilha, descrito como uma quantidade mediana na população e Treviso, o menor município com relação ao número de habitantes.

2. Município em Pesquisa *

Marcar apenas uma oval.

Município 1 - Criciúma - <http://www.criciuma.sc.gov.br/site/acessoInformacao>

Município 2 - Treviso - <https://www.treviso.sc.gov.br/cms/diretorio/index/codMapaltem/6284>

Município 3 - Forquilha - <https://www.forquilha.sc.gov.br/transparencia/index/codMapaltem/5693>

Questões

Para responder as questões abaixo você deve entrar no portal da transparência do município em pesquisa (Município 1, 2 ou 3), conforme solicitado e localizar os pontos questionados abaixo. Caso encontre o solicitado na questão, marque sim, se não encontrar marque como não.

3. No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a relação de servidores efetivos contendo a identificação dos respectivos entes ou órgãos da administração pública e o exercício financeiro correspondente? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

4. No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a relação de servidores efetivos contendo o nome completo? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

5. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a relação de servidores efetivos contendo o número da matrícula? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

6. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou os vencimentos, vantagens fixas ou variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras, e vantagens pessoais de qualquer natureza pagos aos servidores ativos, bem como os encargos sociais e contribuições recolhidos as entidades previdenciárias? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

7. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a relação de servidores inativos contendo a identificação dos respectivos entes ou órgãos da Administração Pública? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

8. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a relação de servidores inativos contendo o seu nome completo? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

9. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a relação de servidores inativos contendo o seu número de matrícula? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou o detalhamento do quadro de pessoal, plano de carreira e remuneração e empregos públicos? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

11. **No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a relação de servidores ocupantes de cargo em comissão contendo a identificação dos respectivos entes ou órgãos da administração pública? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

12. No portal da transparência do município pesquisado você encontrou a relação de servidores ocupantes de cargo em comissão contendo o seu nome completo? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

13. Você considerou as buscas pelas respostas anteriores: *

Marcar apenas uma oval.

Muito Fácil

Fácil

Médio

Difícil

Muito Difícil

Com tecnologia

 Google Forms